



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS  
CAMPUS INCONFIDENTES – CNPJ: 10.648.539/0004-58 – I.E.: 00155.6236.02-33 – UASG: 158305

Ative marcadores no PDF clicando em para navegar por índice

## **Edital do Pregão Eletrônico Tradicional 27/2022**

**(Processo Administrativo nº 23344.001781.2022-88)**

Torna-se público que o Campus Inconfidentes, unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, por meio do Setor de Licitações, sediado na Praça Tiradentes, 416, Bairro Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes, MG, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo menor preço para o único item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 3, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Circular Susep 639/2021, de 9 de agosto de 2021, Circular Susep 621/2021, de 2 de fevereiro de 2021, naquilo que não conflitar com a circular mencionada anteriormente, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos e demais normas aplicáveis ao objeto.

**Abertura da sessão pública:** 04/04/2023

**Horário:** 9 horas

**Endereço eletrônico:** Portal de Compras do Governo Federal –  
<https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Critério de julgamento:** Menor Preço (único item)

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de seguro para a frota de veículos oficiais do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

Setor de Licitações - Praça Tiradentes, 416, Centro, CEP 37.576-000, Inconfidentes, MG  
Telefone: 35 3464 1200 Ramal 9144 - E-mail: [licitacao.inconfidentes@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao.inconfidentes@ifsuldeminas.edu.br)

**1.1.1.** A licitação será realizada em único item com os 19 veículos a serem segurados, conforme **Tabela 1** constante no Termo de Referência;

**1.1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DOS ANEXOS**

**2.1.** Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**2.1.1.** Anexo I – Termo de Referência;

**2.1.2.** Anexo II – ETP – Estudo Técnico Preliminar (Apêndice do Termo de Referência);

**2.1.3.** Anexo III – Modelo de Planilha de Distribuição do Valor Total;

**2.1.4.** Anexo IV – Modelo de Declaração de Vistoria;

**2.1.5.** Anexo V – Modelo de Declaração Conhecimento das Condições dos Veículos;

**2.1.6.** Anexo VI – Minuta do Contrato.

**2.2.** Todas as menções a este edital referem-se também aos seus anexos.

## **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** A despesa para atender a esta licitação está estimada em R\$ 54.168,58 (cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) e está programada em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 158305

Gestão: 26412

Fonte de Recursos: 8100000000

Programa de Trabalho Resumido – PTRES: 170925

Função Pragmática: 12363501220RL0031

Elemento de Despesa: 339039-69

PI: V20RLP01PSN

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

**4.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **5. DA NÃO APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS**

**5.1.** Considerando que:

**5.1.1.** O objeto desta licitação é a contratação de seguro privado automotivo;

**5.1.2.** Conforme artigo 24 do Decreto-lei nº 73/1966, somente poderão operar em seguros privados Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas;

**5.1.3.** Conforme Parágrafo único do artigo 24 do Decreto-lei nº 73/1966, as Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho;

**5.1.4.** Conforme inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nessa lei, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica que exerça atividade de seguros privados;

**5.1.5.** Somente podem ser enquadradas como ME ou EPP as sociedades simples, empresárias, empresas individuais registradas e de responsabilidade limitada (EIRELI);

**Não será concedido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados o tratamento diferenciado e favorecido disciplinado pela Lei Complementar 123/2006**

## **6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**6.1.** Poderão participar deste pregão somente sociedades anônimas seguradoras cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

**6.2.** Não poderão participar desta licitação:

**6.2.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**6.2.2.** Que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

**6.2.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**6.2.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**6.2.5.** Que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial sem estar amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão TCU 1.201/2020), falência, concurso de credores, insolvência ou liquidação;

**6.2.6.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**6.2.6.1.** Justificativa: Considerando que o fornecimento do objeto desta licitação não é complexo, é provável que muitos licitantes tenham capacidade para executá-lo. Neste caso, a reunião de empresas em consórcio restringiria a competitividade, pois empresas que seriam competidoras entre si poderiam participar da licitação de forma consorciada, diminuindo o número de empresas elegíveis ao certame.

**6.2.7.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU - Plenário);

**6.2.8.** Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 5/2017);

**6.3.** Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

**a)** detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

**b)** de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

**6.3.1.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010);

**6.4.** Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

**6.5.** Como condição para participação no pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**6.5.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**6.5.1.1.** A assinalação nesse campo deverá ser “**não**”, já que empresas de seguro privado não podem usufruir do tratamento

favorecido, conforme inciso VIII do § 4º do artigo 3º dessa lei complementar.

**6.5.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

**6.5.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**6.5.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**6.5.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

**6.5.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.5.7.** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**6.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

## **7. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** O licitante deverá encaminhar a proposta juntamente aos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até o momento imediatamente anterior ao horário marcado para abertura da sessão pública (horário de Brasília).

**7.1.1.** Até esse momento, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação apresentados.

**7.1.2.** Na data e horário marcados para o início da sessão, estará encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

**7.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.2.1.** A proposta enviada inicialmente será a eletrônica, do sistema Compras.gov.br não sendo necessário, neste momento, enviar proposta de outra forma (ex.: “Proposta Comercial”, elaborada em documento à parte);

**7.2.2.** Caso o licitante também envie inicialmente a “Proposta Comercial”, a proposta eletrônica do sistema Compras.gov.br prevalecerá, exceto se aquela servir para complementar esta, desde que não haja divergência entre elas quanto às características do objeto ofertado constantes na descrição detalhada e quanto à Unidade de Fornecimento. O preço a ser considerado será sempre o registrado no sistema Compras.gov.br, ainda que decorrente de ajuste no sistema pela funcionalidade “Negociar valor”.

**7.2.3.** No momento do envio da proposta, o licitante **não deverá enviar junto outros documentos que não sejam os de habilitação**. Documentos relacionados ao objeto licitatório, serão solicitados pelo pregoeiro em momento oportuno, se necessários.

**7.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constarem no SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances. Assim, a oferta deve ser precisa, sem alternativa de preços ou outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

**7.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6.** Nessa etapa do certame, não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de lances.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**8.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**8.1.1.** Valor total do item para o período de 12 meses;

**8.1.1.1.** O licitante poderá ofertar o valor com tantas casas decimais quantas o sistema Compras.gov.br permitir. No entanto, para fins de aceitação, **o pregoeiro estará autorizado ao arredondamento para o valor imediatamente inferior, com até duas casas decimais.**

**8.1.2.** Descrição detalhada do objeto;

**8.1.2.1.** Contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**8.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

**8.3.** Nos valores propostos serão considerados como inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto licitatório;

**8.3.1.** A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.3.2.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento do objeto executado, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

**8.4.** O licitante é o único responsável pela cotação correta dos encargos tributários.



**8.5.** Independentemente do percentual de tributo considerado na proposta licitante, no pagamento do fornecimento do objeto serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade o cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto licitado nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando for o caso, sua substituição.

**8.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a sessenta dias, a contar da data prevista para abertura da sessão pública. Não será necessário informar o prazo de validade da proposta, situação em que será considerado o de sessenta dias.

**8.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

**8.9.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

**9.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e poderá, desde logo, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis ou possa identificar o licitante.

**9.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, denominado “chat”; somente o pregoeiro poderá dar início às trocas de mensagens.

**9.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.5.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor do único item .

**9.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

**9.7.** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**9.8.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo ao intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances do mesmo item, o qual incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, que deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

**9.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**9.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**9.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**9.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**9.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**9.16.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**9.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**9.18.** O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste edital e seus anexos.

**9.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**9.20.** A ordem de apresentação dos lances pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas com valores iguais (não seguidas de lances).

**9.21.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

**9.21.1.** Prestados por empresas brasileiras;

**9.21.2.** Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país (Brasil);

**9.21.3.** Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**9.22.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO DO VALOR DAS PROPOSTAS**

**10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

**10.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.3.** Será recusada a proposta ou o lance que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1.455/2018 – TCU – Plenário), tanto para o valor global do grupo de itens, quanto para o valor da cada item.

**10.4.** O preço máximo aceitável do único item corresponderá ao respectivo valor estimado constante no Termo de Referência.

**10.5.** A recusa da proposta com valor superior àquele estimado pela Administração ocorrerá se, pelo chat do sistema, a tentativa de negociação do pregoeiro com o licitante for frustrada, sendo assim entendida:

**10.5.1.** A não concordância do licitante em registrar o preço pelo valor igual ou inferior ao estimado pela Administração;

**10.5.2.** Se o licitante se manter silente, por mais de dez minutos, diante da manifestação de tentativa de negociação pelo pregoeiro, nos horários de acesso previstos no edital.

**10.6.** Se a proposta for recusada, o pregoeiro tentará a negociação com o próximo licitante melhor classificado.

**10.7.** A proposta poderá ser recusada antes da tentativa de negociação de preço, caso o pregoeiro venha a constatar, neste momento, que ela não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenha descrição detalhada ou outra informação que demonstre que o objeto ofertado seja diverso daquele exigido, não sendo passível de correção por complemento que não altere seu teor e/ou contenha vícios insanáveis.

**10.8.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta, para fins de aceitação ou recusa.

**10.9.** *Conforme inciso IV do artigo 19 do Decreto 10.024/2019, o licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. No entanto, em observância ao princípio da razoabilidade, o licitante não precisará permanecer conectado ao sistema após a fase de lances, todo o tempo em que a sessão pública estiver aberta, exceto se o pregoeiro informá-lo da necessidade de permanecer conectado para fins de negociações, convocações, etc. Porém os licitantes deverão permanecer conectados, pelo menos, nos primeiros quinze minutos do encerramento da fase de lances, salvo informação diferente do pregoeiro.*

**10.9.1.** *Os licitantes devem acessar este pregão eletrônico todos os dias úteis, pelo menos, das 9 h as 9h15, das 10 h as 10h15, das 14 h as 14h15, das 15 h as 15h15, das 16 h as 16h15 e em outros horários previstos no Chat, a fim de se inteirarem das convocações e avisos emitidos pelo pregoeiro ou pelo sistema;*

**10.9.2.** *Ainda que o pregoeiro possa fazer convocações fora dos horários previstos no subitem anterior, nenhum prazo para envio de complementos à proposta ou à documentação de habilitação será inferior a duas horas, contado do próximo horário após a convocação pelo pregoeiro, daqueles previstos acima;*

**10.9.3.** *Se o pregoeiro informar sobre a necessidade de os licitantes permanecerem conectados em outros horários, para fins de negociações, convocações, etc., esse aviso estará disponível, com antecedência, nos horários de acesso previstos acima.*

## **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**11.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

**11.2.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

**11.3.** O pregoeiro estará autorizado ao arredondamento do valor ofertado de cada item para o valor imediatamente inferior, com até duas casas decimais.

**11.4.** A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

**11.4.1.** Não será necessário informar o tempo de validade da proposta, situação em que será considerado o de sessenta dias, portanto válido.

**11.5.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**11.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**11.7.** O Pregoeiro **poderá** convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo não inferior a duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.7.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo concedido inicialmente;

**11.7.2.** O licitante deverá enviar **somente** o(s) documento(s) solicitado(s) pelo pregoeiro.

**11.8.** Os documentos digitais remetidos por meio da opção “enviar anexo” do sistema Compras.gov.br **poderão** ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo razoável para tanto, a ser estabelecido pelo pregoeiro.

**11.8.1.** Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados ao Setor de Licitação do Campus Inconfidentes, situado na Praça Tiradentes, 416, Bairro Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes, MG.

**11.9.** O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, a fim de subsidiar sua decisão.

**11.10.** Não se considerará, para efeitos de classificação, qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, mas poderá ser exigida se constante na proposta do licitante adjudicatário.

**11.11.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**11.12.** Por se tratar de único item englobando todos os veículos a serem segurados, a não aceitação de valores e/ou condições para, pelo menos, um veículo, implicará a recusa da proposta (desclassificação da licitante).

**11.13.** Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

**11.14.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**12.1.1.** SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

**12.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis));

**12.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**12.1.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>).

**12.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**12.2.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**12.2.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**12.3.** Constatada a existência de sanção de impedimento de participação na licitação ou de contratação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**12.4.** Caso atendidas as condições de participação, será verificada a documentação de habilitação do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar.

**12.5.** A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**12.6.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou que estejam vencidos nesse sistema, deverão ter sido enviados juntamente à proposta.

**12.7.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou tê-los encaminhado, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**12.8.** O licitante que descumprir o dever previsto no subitem acima será reputado inabilitado, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

**12.9.** Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado, pela opção de upload “Enviar anexo” do sistema, após o encerramento do envio de lances, e **mediante convocação pelo pregoeiro**, via sistema.

**12.9.1.** O pregoeiro concederá prazo não inferior a **duas horas** para o envio mencionado.

**12.9.2.** A documentação digitalizada deverá ser enviada em arquivo único. Se forem vários arquivos, deverão ser compactados em um arquivo com compressão do tipo “zip”.



**12.9.3.** O pregoeiro poderá, posteriormente, exigir que os documentos sejam remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, observada a necessidade ou dispensa de autenticação prevista na legislação vigente.

**12.10.** A habilitação dos licitantes será constatada mediante os seguintes documentos, conforme itens a seguir:

**12.10.1. Habilitação Jurídica**

**12.10.1.1.** A sociedade anônima deverá apresentar estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, e no caso de ser estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

**Obs. 1: Se o licitante for sucursal, filial ou agência,** deverá apresentar **também** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Obs. 2:** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.10.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**12.10.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**12.10.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**12.10.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**12.10.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos

do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**12.10.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**12.10.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**12.10.2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **12.10.3. Qualificação Econômico-financeira**

**12.10.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**12.10.3.1.1.** Na ausência do prazo de validade nessa certidão, será considerado o de **doze** meses.

**12.10.3.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**12.10.3.2.1.** No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de sua existência ou Balanço de Abertura;

**12.10.3.2.2.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato estatuto social;

**12.10.3.2.3.** Caso o balanço tenha sido elaborado via Escrituração Contábil Digital – ECD, sua autenticação será comprovada pelo recibo de

entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;

**12.10.3.2.4.** Caso o balanço não tenha sido elaborado via ECD, será necessário estar **registrado na Junta Comercial** respectiva;

**12.10.3.2.5.** Se o registro ou autenticação na Junta Comercial não constar diretamente nas folhas do balanço, mas nas folhas do Livro Diário que o contém, tal livro contendo o balanço deverá ser apresentado para comprovar o registro ou autenticação na **Junta Comercial**.

**12.10.3.3.** A comprovação da situação financeira do licitante será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Obs.:** Os licitantes que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

#### **12.10.4. Qualificação Técnica**

**12.10.4.1.** Autorização para funcionamento expedido pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, nos termos do artigo 74 do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966.

**12.11.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**12.12.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**12.13.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**12.14.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, quanto à aceitabilidade e habilitação, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**12.15.** Será reputado inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

### **13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**13.1.** Se a proposta eletrônica não contiver as informações suficientes para julgamento, o licitante vencedor poderá ser convocado para enviá-la no prazo de, no mínimo, duas horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

**13.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, com os preços expressos em moeda corrente nacional;

**13.1.2.** Conter todas as informações solicitadas pelo pregoeiro, a fim de subsidiá-lo na decisão de aceitação ou recusa.

**13.2.** A proposta final será levada em consideração no decorrer da execução do contrato.

**13.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

## **14. DOS RECURSOS**

**14.1.** Declarado o vencedor, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**14.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**14.2.1.** Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**14.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**14.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**15.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**15.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**15.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não emitir a apólice, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**15.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**15.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**15.2.2.** Ocorrendo a convocação por e-mail, essa dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados, especialmente o e-mail de contato indicado no SICAF.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**16.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**16.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**17.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **18. DO TERMO DE CONTRATO**

**18.1.** Haverá a formalização da relação contratual por meio de termo de contrato, subsidiado pela respectiva apólice de seguro.

**18.2.** O prazo de vigência da contratação será de doze meses, prorrogável conforme previsto no termo de referência.

**18.3.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

**18.3.1.** Se o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

**18.3.2.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**18.4.** Será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da relação contratual.

**18.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou não emitir a apólice de seguro ou, ainda, não assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, realizar a contratação.

## **19. DO REAJUSTE**

**19.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação em vigor.

## **20. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**20.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo deste edital.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**21.1.** As obrigações do contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste edital.

## **22. DO PAGAMENTO**

**22.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste edital.

## **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**23.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**23.1.1.** Não assinar o contrato, quando convocado para tanto, dentro do prazo de validade da proposta;

- 23.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 23.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.5.** Não manter a proposta;
- 23.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 23.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo.

**23.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 23.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 23.2.2.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 23.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 23.2.4.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 23.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**23.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**23.4.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa, deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



**23.5.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**23.6.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**23.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**23.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**23.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**23.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**23.11.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **24. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

**24.1.** Os pedidos de impugnação e de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, para o e-mail [licitacao.inconfidentes@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao.inconfidentes@ifsuldeminas.edu.br), ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de Licitações, localizado na Praça Tiradentes, 416, Centro, CEP 37.576-000, Inconfidentes, MG.

**24.2.** Para que os pedidos de impugnação e de esclarecimentos **enviados por e-mail** sejam reconhecidos, é necessário que o interessado:

**24.2.1.** Telefone para o Setor de Licitações, para o número 35 3464 1200 Ramal 9144, em dias úteis, dentro do prazo para tanto, no horário das 7 h as 10h45 ou das 13 h as 16h45, comunicando o envio do pedido de impugnação ou de esclarecimentos, de qual endereço eletrônico foi

enviado, a licitação a que se refere e a descrição do assunto da mensagem;

**24.2.2.** Tenha enviado a mensagem contendo somente o novo pedido de impugnação ou pedido de esclarecimentos ou as conversas anteriores referente a esses pedidos, não sendo aceitas mensagens sobre pedidos anteriormente tratados ou que contenham outras conversas que não sejam entre o interessado e o órgão promotor da licitação, exceto as indispensáveis à solicitação.

**24.3.** Os pedidos de impugnação e de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**24.4.** Até **três** dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar a impugnação deste edital.

**24.4.1.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

**24.4.2.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**24.4.3.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**24.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **três** dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.

**24.5.1.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**24.5.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1.** Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

**25.2.** Considera-se vencedor o licitante melhor classificado, cuja proposta foi aceita, e posteriormente foi considerado habilitado pelo pregoeiro. Portanto o termo “declaração de vencedor” caracteriza-se com o término da fase de habilitação, não sendo necessária essa expressão explicitamente em qualquer documento deste certame ou no sistema Compras.gov.br.

**25.3.** Este pregão poderá ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa; poderá ser revogado por caracterizar-se como inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

**25.3.1.** A anulação do Pregão induz à do contrato.

**25.3.2.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**25.4.** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**25.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

**25.6.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**25.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.8.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução da licitação ou do resultado do processo licitatório.

**25.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.12.** Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

**25.13.** O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/edital-158305-5-00027-2022>, onde poderá ser lido e/ou obtido.

**25.13.1.** Não serão fornecidas cópias impressas do edital e anexos; somente na forma digital, gratuita.

Inconfidentes, 14 de março de 2023.

| Assinaram eletronicamente o original deste edital:                               |   |                      |
|--|---|----------------------|
| Nome/Repartição/Função   | Envolvimento  | Ação neste Documento |
| Fernando Jacometti Soares<br>Setor de Licitações                                 | Repartição que realizará a licitação                | Elaboração           |
| Wanderson Rodrigues da Silva<br>Coordenador-Geral de<br>Administração e Finanças | Superior imediato do Setor de<br>Licitações         | Concordância         |
| Wagner Roberto Pereira<br>Diretor-Geral Substituto                               | Autoridade máxima do órgão<br>promotor da licitação | Aprovação            |